

Celso Furtado e suas críticas às interpretações da economia ortodoxa

Vanessa Follmann Jurgenfeld¹

RESUMO: O artigo analisa as contraposições de Celso Furtado às interpretações da economia ortodoxa ao longo de sua obra. Para isso, foram levantados os argumentos expressos por ele em diferentes livros e artigos e estes foram reunidos em dois níveis de crítica: uma mais voltada aos problemas do entendimento da economia em geral pelas teorias econômicas clássicas e neoclássicas, e outra mais direcionada às interpretações que surgiram durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, e que seus autores foram entendidos pela literatura econômica como pioneiros do desenvolvimento, apesar de ainda muito influenciados pela concepção convencional. O texto traz, portanto, o debate de Furtado com tais teorias e aponta os limites dessas interpretações na sua perspectiva.

Palavras-chave: Celso Furtado; *mainstream*; desenvolvimento econômico

ABSTRACT: The article analyzes Celso Furtado's oppositions to mainstream economic interpretations throughout his work. For this, the arguments expressed by him in different books and articles were raised and these were gathered in two levels of criticism: one more focused on the problems of understanding the economy in general through classical and neoclassical economic theories, and another more directed to the interpretations that emerged during and shortly after the Second World War, and that their authors were understood by the economic literature as pioneers of development, although still very influenced by the mainstream conception. Therefore, the text brings Furtado's debate with such theories and points out the limits of these theorizations in his perspective.

Keywords: Celso Furtado; mainstream; economic development.

Introdução

A interpretação dos teóricos da economia ortodoxa foi criticada por Celso Furtado em pelo menos dois níveis de crítica. O primeiro refere-se ao fato de as teorias clássicas e neoclássicas explicarem alguns problemas da economia, em especial de economias periféricas, sobrepondo o microeconômico ao macroeconômico, como se este fundasse aquele, aplicando generalizações deterministas por meio de modelos esquemáticos, com forte abstração da realidade, e, logo, desconsiderando a história particular de vários países, supondo um modelo geral de crescimento e estendendo-o ao desenvolvimento econômico, como se fossem conceitos equivalentes. O segundo aspecto da crítica de

¹ Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Furtado diz respeito especificamente a algumas argumentações do período da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, cujo alvo foram as teorias de Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Walt Rostow. Estes autores foram denominados pela literatura econômica como pioneiros das teorias do desenvolvimento econômico², apesar de suas concepções estarem ainda muito influenciadas pela interpretação convencional.

As críticas ao primeiro grupo foram reunidas por Furtado principalmente no livro “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, originalmente publicado em 1967. Haviam aparecido anteriormente, entretanto, em 1957, quando ele escreveu um capítulo dentro de uma coletânea de vários autores, intitulado “A análise marginalista e o subdesenvolvimento”, no qual teceu algumas considerações a respeito dos limites dessas análises. As observações do segundo grupo estiveram presentes, inicialmente, em um artigo - “Formação de capital e desenvolvimento econômico” - de 1952, e depois em “A economia brasileira”, livro de 1954. Em 1961, envolveu um artigo intitulado “Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan”, e em 1967, no livro já mencionado, também foram publicados trechos interessantes sobre essas críticas. Além disso, integraram o segundo grupo o livro “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974, “Pequena Introdução ao Desenvolvimento – enfoque interdisciplinar”, de 1980, e partes de dois dos três livros que compõem sua autobiografia: “A Fantasia Organizada”, de 1985, e “Ares do Mundo”, de 1991.

As críticas de Furtado são bastante válidas, ainda que ele mesmo tenha incorrido, em dois momentos pontuais, em erros, ao utilizar modelos de crescimento econômico em dois artigos - Furtado; Maneschi (1968) e Furtado; Sousa (1970). Estes foram publicados durante o seu período de exílio, que começou em 1964, sendo por um tempo curado abrigado na Universidade de Yale (EUA), um centro ortodoxo de teorias do crescimento. Estes artigos tornaram-se pontos fora da curva na sua produção intelectual, quando observados os mais de 30 livros publicados em vida, em que prevaleceu a contraposição a esses modelos. Difícil explicar as razões que o levaram a tais artigos.

Não se ignora este fato da sua biografia, mas este artigo se deterá sobre as críticas que foram construídas por Furtado ao longo de sua obra, pois entende que estas foram a sua grande marca no que diz respeito ao seu posicionamento em relação às teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Tais críticas – melhor compreendidas quando

² Entende-se que a denominação mais apropriada para estas seja teorias do crescimento econômico.

analisado o conjunto dos seus escritos ao longo de sua obra vida - permitiram a ele próprio criar uma argumentação teórica contrária aos modelos clássicos e neoclássicos de forma geral, convencendo a si mesmo e refutando-os. Como, de certo modo, reconhecido por ele na seguinte frase: “[...] é estudando as teorias convencionais que nos capacitamos para superá-las” (FURTADO, 1957, p. 164).

O estudo dessas teorias também contribuiu para que Furtado construísse um pensamento criativo a respeito do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, com argumentos históricos e estruturais sobre o subdesenvolvimento latino-americano, e, mais especificamente, sobre o subdesenvolvimento brasileiro.

1. O primeiro nível das críticas: os problemas mais gerais do uso dos referenciais clássico e neoclássico

Uma questão-chave para a crítica de Furtado ao referencial clássico e neoclássico partiu da indagação sobre até que ponto existiria uma validade em modelos abstratos simplificadores? Para ele, ao contrário daqueles modelos, era impossível eliminar o fator tempo e “a irreversibilidade dos processos econômicos históricos” (FURTADO, [1967] 1977, p. 4).

A ideia de que a Ciência Econômica seria puramente abstrata, como tais teorias defendiam (e até hoje defendem), diz o autor, deveu-se a David Ricardo. Em Ricardo (1817), o objeto de estudo passava a ser a distribuição do produto social, mas, diz Furtado ([1967] 1977), economistas como Ricardo, não se preocuparam, a partir do estudo da acumulação, em explicar o desenvolvimento, mas em justificar a forma como se dividia a renda, havendo ali uma teoria dos salários, que era contrária à classe trabalhadora, e uma teoria da renda do solo que seguia também, no fundo, essa mesma direção de oposição aos trabalhadores.

A abstração que estava presente no processo econômico quando entendido a partir das argumentações de Ricardo o levaram a generalizações que tinham aparência de universais, mas que, no fundo, não eram, como advertiu Furtado:

A escassez relativa e a diversidade dos tipos de terra arável são observações que, se bem realizadas em um condado da Inglaterra, têm toda a aparência de uma evidência universal. Fazendo derivar o fenômeno da renda desses dois fatores, Ricardo podia esperar que sua teoria tivesse um caráter de universalidade. Ora, nem a escassez relativa da terra pode ser universalizada, nem parece ser ela o fator determinante

da forma de repartição da renda social nas economias de base agrária (FURTADO, [1967] 1977, p. 5).

Furtado também critica a teoria do equilíbrio geral, base constitucional da teoria neoclássica, apontando o problema de análises que não se apoiavam no estudo do excedente social³ e de como se dava a sua apropriação. Basicamente, a escola neoclássica procurava “demonstrar que, sendo cada fator remunerado em função de sua produtividade marginal, a totalidade do produto se [esgotava] no processo distributivo” (FURTADO, [1967] 1977, p. 37). Ou seja, eram descartadas as crises de superprodução ou subconsumo no capitalismo, dando como válida a Lei de Say.

Tais modelos, segundo ele, também incorriam em erros pois pressupunham uma função de produção com diferentes combinações de “fatores”, podendo haver qualquer combinação de capital e trabalho, de modo que a remuneração destes supostamente se daria de acordo com a produtividade marginal de cada “fator”. Isso levaria à economia ao equilíbrio com pleno emprego, o que Furtado refutava, seguindo o que Keynes já havia descartado na “Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda”, livro de 1936. Na verdade e em especial em economias subdesenvolvidas, em que o setor moderno não substituiu o arcaico, mas convive ao seu lado, com grande reserva de mão de obra, o aumento do salário, quando ocorria, só se daria um pouco acima do que era pago ao salário de subsistência⁴, para manter a mão de obra elástica no setor mecanizado, mantendo-se um achatamento do salário.

As ideias neoclássicas, na argumentação de Furtado, levavam então a uma perspectiva otimista para a classe assalariada, uma vez que, sempre que o estoque de capital crescesse mais que a população, a produtividade marginal do trabalho cresceria, bem como supostamente aumentariam os salários reais⁵, o que a realidade brasileira não mostrava.

Além disso, a teoria do crescimento econômico que se extraía dessa análise proveniente dos modelos de equilíbrio, na verdade, se constituía em um modelo

³ Sobre o tema do excedente social, Furtado se assemelha ao que está colocado em Baran (1957).

⁴⁴ Argumentos similares posteriormente estiveram em Oliveira (1972).

⁵ Kalecki foi um autor importante para mostrar a falácia deste tipo de argumento neoclássico. De acordo com ele, os salários reais poderiam não subir, uma vez que os capitalistas controlavam os preços dos produtos numa economia, dado que se tratava de um capitalismo monopolista desde a transição do século XIX para o XX. Deste modo, por mais que o salário nominal crescesse, o real diminuiria a partir da elevação dos preços dos produtos que compunham a cesta básica do trabalhador. Ver: Kalecki (1987).

estagnacionista no que diz respeito ao desenvolvimento, uma vez que este não tem relação com equilíbrio, sendo, no fundo, o seu oposto⁶.

Entre outras críticas de Furtado também constavam que na vertente teórica neoclássica a poupança seria *ex-ante* ao investimento. Como num círculo virtuoso, ela pressupunha que toda vez que se ampliassem os lucros e a frugalidade, a taxa de poupança da economia cresceria e haveria, *ex-post*, mais investimentos físicos e o produto cresceria. Com isso, supostamente se ampliaria a riqueza e então a sociedade viveria o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Surgem daí conceitos de espera (Marshall), sacrifício (Cassel) etc., que em nada constituem progresso com respeito à abstinência de Senior. Resulta disso que a explicação última do progresso econômico estaria na boa disposição de alguns cidadãos para uma forma ou outra de sacrifício. *Partia-se do princípio de que, se não houvesse remuneração adequada para o capital, desapareceria a poupança e seria impossível qualquer acumulação* (FURTADO, [1967] 1977, p. 40, grifos nossos).

Ressalta-se no trecho acima a argumentação, portanto, de que a teoria neoclássica, ao defender a poupança como condutora da acumulação, estava protegendo o capital. E, além disso, nota-se que “os neoclássicos [discutiam] o problema como se poupar dependesse mais das virtudes morais do indivíduo do que da possibilidade material de [se] realizar a poupança” (FURTADO, [1967] 1977, p. 40-41). Em economias subdesenvolvidas, em que há alta taxa de desemprego e o salário é estabelecido ao nível de subsistência, certamente há problemas sobre não haver nem como poupar, uma vez que não há renda suficiente para sobrevivência digna da maior parte das famílias.

Apesar da importância do investimento também para Furtado (1957), sua análise sobre o subdesenvolvimento, quando discute poupança e consumo, além de se atentar para o nível de renda, também discorre sobre a importância do “efeito demonstração” e das questões de consumo mimético, sobretudo a partir da hegemonia norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial.

Sobre outras generalizações das escolas clássica e neoclássica, como o aumento da produtividade ser usado enquanto sinônimo de desenvolvimento econômico, Furtado afirmou que o aumento de produtividade microeconômico – no âmbito de uma firma – significaria meramente aumento da taxa de lucros de alguns empresários, sem

⁶ Pode-se recorrer até mesmo a Schumpeter, que já em 1911 discutiu os argumentos do desenvolvimento como uma destruição criadora, sendo este um afastamento do fluxo circular, ou seja, um afastamento do equilíbrio.

rebatimentos necessariamente sobre a renda real per capita da coletividade. Sua crítica tratava da dedução que era feita dos teóricos desta corrente, uma vez que extrapolavam, de estudos específicos de empresas, ideias supostamente com validade universal e equivocadamente daí se derivava uma teoria do desenvolvimento.

Outra generalização comum às teorias clássicas e neoclássicas, a de que o comércio exterior também seria benéfico para todos os países em qualquer momento histórico, contribuindo para o aumento da riqueza mundial distribuída a todos os países, desde que focassem em produzir e comercializar os produtos em que detinham maiores vantagens, também encontrou refutação de Furtado. Neste caso, em um dos seus argumentos recorreu ao exemplo de Cuba pós-Revolução (1959). Ao relatar a situação de Cuba, ele observou que se tratava de um país que evidenciava o quanto o comércio exterior poderia ser parte dos impedimentos para o desenvolvimento de um país. Em outras economias subdesenvolvidas como a brasileira, Furtado (1957) também observou a não validade da argumentação de que o comércio exterior teria sempre um caráter benéfico: no Brasil, em momentos de restrição externa houve crescimento econômico. Era justamente o contrário do que se esperaria por tais teorias, que julgavam que em períodos de restrição externa haveria, conseqüentemente, uma estagnação econômica.

Além disso, vale destacar a contraposição de Furtado (1957) do ponto de vista da discussão sobre o gasto público em geral. Na teoria neoclássica, este é entendido como o causador da inflação e de atrapalhar o livre jogo dos agentes com suas intervenções no mercado. Furtado (1957) expõe justamente o contrário, sobretudo em economias subdesenvolvidas, mostrando como o gasto público é importante em diversos sentidos: para melhoria dos salários; no auxílio à formação de mercado interno de consumo; sendo também relevante a sua cobrança de impostos, que se usados na correção da estrutura produtiva, contribui como fator importante para o desenvolvimento.

Apesar de aproximar a teoria clássica e neoclássica em alguns pontos, para Furtado, a distância que separava os neoclássicos dos clássicos se dava principalmente porque os clássicos tinham sido inovadores e até certo ponto revolucionários, enquanto os neoclássicos estiveram de porte de uma ideologia defensiva e, em certa medida, reacionária, uma outra aproximação importante que Furtado possui com Baran (1957).

Sobre os clássicos, Furtado escreveu que:

a atitude revolucionária [...] é clara em sua luta contra as sobrevivências das instituições feudais [...]. Ao definir-se contra o colonialismo em sua

época, Smith tomava o partido da industrialização, nascente na Inglaterra, contra as formas arcaicas de organização monopolista do comércio. Ricardo, por seu lado, atacou os resquícios do feudalismo, tanto com sua teoria da distribuição – baseada na concepção de renda diferencial – como com a teoria dos custos comparativos, que demonstrava o quão vantajosa era para a Inglaterra a política de importação livre de produtos agrícolas (FURTADO, [1967] 1977, p. 42).

Já sobre o pensamento dos neoclássicos, Furtado, assim como Baran (1957), entendeu que eram direcionados a justificar a ordem social vigente:

Mais do que “marginalista”, o pensamento neoclássico deve ser qualificado de ‘otimizador’. O que nele é específico é a ideia de que todos os agentes econômicos tendem a ‘maximizar’ ou a ‘otimizar’ a sua posição. O agente consumidor tende a otimizar a sua, maximizando sua função de utilidade; o agente produtor tende a otimizar a sua, maximizando sua função de produção; por fim a coletividade otimiza o seu bem-estar conforme a sua escala de preferência. Esse sentido apologético, inerente ao pensamento neoclássico, manifestou-se em sua plenitude na chamada ‘economia do bem-estar’” (FURTADO, [1967] 1977, p. 43).

É necessário adentrar nas críticas do segundo nível, ou seja, as críticas de Furtado às teorias do desenvolvimento que surgem no período da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, e que envolveram principalmente quatro autores anteriormente já mencionados - Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Rostow.

2. O segundo nível de críticas: o alvo em Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Rostow

Para melhor compreensão, este tópico se dará em ordem cronológica de publicação dessas obras, se iniciando pelas críticas de Furtado em relação a Rosenstein-Rodan, cujo primeiro texto importante sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento é de 1943. Em seguida, abordará o debate com Nurkse, que fez palestras no Brasil em 1951, que viraram um texto deste autor e suscitaram um texto crítico de Furtado⁷. Depois discutirá sobre o debate com Lewis, que escreveu em 1954, e então, adentrará a discussão com Rostow, que publicou um livro importante sobre as etapas do desenvolvimento econômico em 1961.

⁷ Furtado esteve presente nas conferências de Nurkse, em 1951, no Rio de Janeiro, e publicou um artigo crítico ao que ouviu. Originalmente, o artigo de Furtado foi publicado na Revista Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Ver: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/6-3>. O artigo teve ampla repercussão e depois fez parte dos argumentos do livro “A economia brasileira”, publicado em 1954. Deve-se lembrar ainda que este artigo crítico foi republicado, em uma nova versão ampliada, como capítulo do livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, em 1961.

Furtado ([1961] 1964) focou sua análise crítica sobre o *Big Push*⁸ e afirmou até entender como válida a teoria do *Big Push*, mas tão somente por ela tirar a “ilusão” de que seria possível passar de uma situação de subdesenvolvimento para uma de desenvolvimento de modo gradativo. Mas Furtado enfatizou que era importante notar que o investimento industrial não ocorria espontaneamente nas economias subdesenvolvidas, pelas forças do mercado, e que era necessário impulsioná-lo pelo Estado. Portanto, para Furtado, não era válido o *laissez-faire* nessas economias como fazia Rosenstein-Rodan.

Também Furtado não entendia ser realista pressupor a existência de empresários schumpeterianos que fariam esses investimentos. E observava que o *Big Push*, conforme proposto por Rosenstein-Rodan, não seria uma solução para superação do subdesenvolvimento porque não discutia o problema da tecnologia. Geralmente a tecnologia que seria usada na produção industrial local seria a importada, poupadora de mão de obra, portanto, ela seria inadequada a países onde havia excesso de desempregados, posto que o uso de técnica mais avançada ampliaria a oferta de mão obra, ou seja, criaria sempre mais desemprego.

Teremos que ir mais longe e admitir que o *Big Push* não soluciona senão um pequeno problema. A questão principal não é fazer flutuar o barco e sim encurtar ou evitar que se amplie a distância que o separa de outros que se fizeram ao mar há mais tempo (FURTADO, [1961] 1964, p. 91).

Além disso, criticava um mecanicismo na teoria de Rosenstein-Rodan porque teria partido de uma “lei geral”, ou seja, a ideia de que, toda vez que houvesse um grande impulso em uma economia estacionária, ela iniciaria seu processo de desenvolvimento. Segundo Furtado, várias experiências históricas não mostraram isso. Ele cita o exemplo da Bolívia, onde investimentos estrangeiros concentraram-se em minérios e não modificaram a forma de utilização e distribuição do excedente. Essa modificação só teria ocorrido se a indústria extrativa tivesse transformado substancialmente a estrutura da demanda interna. Como, porém, “aquela indústria só [absorveu] uma fração ínfima da mão-de-obra do país, e as utilidades que [produziram] foram transferidas, em sua quase totalidade, para o exterior, o impacto sobre a estrutura da procura interna foi pequeno e pôde ser absorvido pelo aumento das importações” (FURTADO, [1961] 1964, p. 89).

⁸ As ideias sobre *Big Push* estão presentes em Rosenstein-Rodan (1957), e este seria um empurrão dado ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos por meio, sobretudo, do capital privado estrangeiro.

Esse exemplo provava que havia um problema na teoria de Rosenstein-Rodan de não distinção das diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com Furtado ([1967] 1977), isso provinha do enfoque schumpeteriano de Rosenstein-Rodan, por meio do qual fazia uma tentativa de transpor aos países atrasados a teoria de Schumpeter.

Quadro 1. Aspectos neoclássicos da interpretação de Rosenstein-Rodan

Crescimento equilibrado	Parte da ideia de que cada país deve se especializar em um tipo de produção, de acordo com os princípios da divisão internacional do trabalho, para que assim ocorra um equilíbrio estrutural na economia mundial. Entende haver um “excedente populacional no campo” nos países atrasados. Para haver equilíbrio, esses países deveriam empregar todas essas pessoas desocupadas numa industrialização interna, baseada em produção de bens consumo, intensiva em mão de obra, comandada pelo capital privado internacional.
Estado	O Estado deve pavimentar o caminho para o setor privado, com o fornecimento de infraestrutura, empréstimos, treinamento da mão de obra e ajudar a criar um mercado interno. O Estado, inclusive, deve investir em infraestrutura, porque esta é uma área que demora para retornar lucros e na qual não costuma haver interesse do capital privado.
Tamanho do mercado	Um dos principais problemas das economias atrasadas é a pequenez do seu mercado interno, não atraente para o capital privado. Se não houver um grande investimento sincronizado de vários setores industriais de bens de consumo, com infraestrutura fornecida pelo Estado, não se resolveria o problema da formação de capital.
Capital estrangeiro	Trata a entrada do capital estrangeiro privado em áreas atrasadas como ajuda a esses países. É necessária a industrialização, a partir de oligopólios internacionais, inclusive, como trustes. Não haveria nenhum problema de relação de dominação-dependência no globo que justificaria a ação do capital estrangeiro nos países atrasados.
Teoria das vantagens comparativas	Trata do princípio da divisão internacional do trabalho como orientadora de uma especialização produtiva dos países. Para os atrasados, caberia desenvolver, no máximo, uma indústria leve, pois a indústria pesada já estaria desenvolvida em outros países.
Tamanho da firma	Orienta sua interpretação a partir da ideia de que as firmas devem ter um tamanho ótimo para dar lucros. Logo, os países atrasados precisam criar mercado interno para que este tamanho ótimo pudesse ocorrer, de modo que atraísse o interesse dos empresários em se instalar nessas economias.
Desenvolvimento como sinônimo de crescimento	Desenvolvimento é equiparado a um <i>Big Push</i> , um empurrão para um salto no crescimento.
Desenvolvimento como sinônimo de industrialização	O <i>Big Push</i> seria um processo de industrialização com auxílio do capital internacional.
Economias externas marshallianas	A ideia de <i>Big Push</i> vai na direção de se criar uma atmosfera marshalliana, a partir da qual várias indústrias criadas ao mesmo tempo ampliariam as economias externas para todas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rosenstein-Rodan ([1943] 1958; 1957; 1961).

Parte da crítica a Rosenstein-Rodan também foi feita a Nurkse. Furtado chegou a dizer que Nurkse tinha uma interpretação muito particular de Schumpeter e que tentava realizar uma análise da economia do fluxo circular de Schumpeter, mas ignorava que Schumpeter estava raciocinando em cima de mercados perfeitos e de uma classe capitalista já constituída. Tratava-se de uma teoria simplificadora da realidade, sem validade universal, e especialmente problemática para a explicação dos países subdesenvolvidos. Ao ressaltar como entendia Schumpeter, Furtado mostrava questionamentos que faltaram para Nurkse (e, certamente, também faltaram a Rosenstein-Rodan):

A essência da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter pode, portanto, ser resumida no seguinte: o processo econômico em nossa sociedade não é circular porque existe uma classe com espírito dinâmico – os empresários – que, através de inovações, tende permanentemente a romper o equilíbrio. Seria o caso de se perguntar: *e que fatores contribuem para que exista uma tal classe em nossa sociedade? Por que têm essa função social determinados indivíduos?* Em realidade o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral de mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico [...]. A simplificação schumpeteriana por um lado nos afasta do verdadeiro problema econômico do desenvolvimento, e, por outro, de muito pouco nos serve como explicação geral do fenômeno (FURTADO, [1952] 2007, p. 202, grifos nossos).

Furtado destacou que, a partir de Schumpeter, Nurkse também teria entendido que um local onde um empreendimento isolado não seria viável, não sendo lucrativo, poderia vir a ser, se houvesse um grande número de investimentos simultaneamente, as chamadas “ondas de inversão”. Neste ponto, havia concordância de Nurkse com a ideia de *Big Push* de Rosenstein-Rodan. Em outra crítica, que serviria a esses dois autores, sobre como esse processo (não) seria feito em países subdesenvolvidos, observou Furtado ([1952] 2007, p. 203, grifos nossos):

Utilizar essa teoria como explicação do ponto de partida de um processo de crescimento numa economia subdesenvolvida nos parece afastar-se muito da realidade. *Para uma economia subdesenvolvida, começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação*

espontânea de seus próprios empresários é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos.

Furtado ainda discordava de Nurkse porque este entendeu os subdesenvolvidos enquanto países, *a priori*, estagnados, presos num círculo vicioso da miséria:

Nurkse, parecia-me, raciocinava como se os países subdesenvolvidos estivessem estagnados, presos na armadilha do “círculo vicioso da miséria”. Essa situação poderia existir em algumas partes do mundo, mas não era a que nos preocupava. Os atuais países subdesenvolvidos, dizia eu, foram atraídos, num processo histórico, para o sistema de divisão internacional do trabalho, recebendo dessa forma um amplo impulso que os retirou da estagnação (FURTADO, 1985, p. 150).

Embora considerasse Schumpeter um autor relevante mais por mostrar preocupações com as forças sociais que davam especificidade ao capitalismo do que como teórico do desenvolvimento⁹, Furtado julgava necessário na discussão feita por Nurkse, assim como destacado no debate com Rosenstein-Rodan, que ambos tivessem estabelecido primeiramente a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na interpretação de Nurkse, isso importava especialmente pela sua afirmação de que o problema do país subdesenvolvido dizia respeito à formação de capitais, ou melhor, à escassez de investimentos em razão da ausência de poupança.

Entre as várias distinções básicas entre como se daria a formação de capitais em países do centro e da periferia que Furtado utilizou também para refutar aquela interpretação estava o modo como se dava a difusão do progresso técnico, uma questão central para os investimentos. Na visão de Furtado, os países desenvolvidos acumulavam novos conhecimentos e realizavam a sua aplicação. No outro extremo, estariam os países subdesenvolvidos, que apenas assimilavam técnicas prevalecentes.

Ao não distingui-los, Nurkse e Rosenstein-Rodan não viam os diversos problemas dos países subdesenvolvidos ao não desenvolverem suas próprias tecnologias, como as desvantagens de usarem tecnologia poupadora de mão de obra, que lhes aprofundaria o desemprego estrutural, os problemas decorrentes sobre o consumo e a cultura de uma sociedade periférica ao ter uma industrialização baseada em tecnologia de fora que alimentaria o consumo imitativo dos países do centro, entre outras dificuldades.

⁹ Quando se referiu à influência que ele mesmo tinha do pensamento schumpeteriano, Furtado (1980, p. 31) disse que essa influência decorria “menos de sua visão do desenvolvimento como uma ruptura do circuito econômico concebido a partir do equilíbrio geral, e mais de sua insistência nas forças sociais que provocam mutações estruturais e dão especificidades ao processo histórico do capitalismo”.

A análise de Nurkse, igualmente presente em Rosenstein-Rodan, sobre uma falta de estímulo ao investimento em razão da baixa capacidade de absorção dessas inversões pelo mercado porque o baixo consumo em um país pobre levava à pequenez do mercado interno, desinteressando os capitalistas, também recebeu críticas de Furtado ([1952] 2007). Este lembrou que esse problema de limites do mercado não existiria sempre que um país subdesenvolvido tivesse acesso ao mercado externo.

Furtado ressaltaria ainda que se internamente havia problemas na constituição de um mercado era pelo tipo de tecnologia usada nos países subdesenvolvidos, inadequada para sua estrutura social:

Um mercado é pequeno com relação a alguma coisa. E no caso em questão o mercado dos países subdesenvolvidos é pequeno com relação ao tipo de equipamento que se usa nos países desenvolvidos. Não é essa uma dificuldade fundamental no processo de desenvolvimento econômico, e sim acidental. No processo de desenvolvimento dos países que são hoje altamente industrializados, as inovações técnicas iam sendo utilizadas sempre que economicamente se justificassem. O fator trabalho era substituído pelo fator capital, sempre que isso se justificasse com uma baixa de custos. Assim sendo, a introdução numa comunidade primitiva de máquinas automáticas de fabricar sapatos significará certamente não uma baixa mas uma grande alta de custos pela mesma razão que teria significado uma alta de custos nos países que hoje são industrializados se tivessem sido introduzidas há cem anos. Por outro lado, para que num país subdesenvolvido se logre um sensível aumento de produtividade, não é necessário introduzir os equipamentos mais modernos. Em muitas regiões do Brasil a mera introdução da roda significaria um sensível progresso. A simples abertura de uma estrada pode determinar um ponderável aumento na produtividade de uma região agrícola.

O que se busca com o desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade física média do fator trabalho. Numa economia subdesenvolvida a introdução de máquinas automáticas de fabricar calçados não significa melhora na produtividade física do fator trabalho para o conjunto da coletividade se os artesãos que antes produziam sapatos ficaram sem nenhuma ocupação. Por outro lado, o empresário que introduza tais máquinas terá prejuízo porque elas terão de permanecer paradas 5 dias por semana. Mas o empresário que introduza melhoras nas ferramentas utilizadas na produção manual de sapatos e assim possibilite um aumento de produtividade, produzirá mais sapatos com o mesmo número de homens-hora sem elevar demasiadamente os custos (FURTADO, [1952] 2007, p. 200-201).

Furtado não discordava da ideia de que era preciso aumentar a produtividade e que o esforço de acumulação deveria ser parte da solução dos problemas dos subdesenvolvidos. Como exposto no trecho acima, entretanto, não era qualquer aumento

de produtividade e de acumulação que levaria necessariamente ao desenvolvimento nacional¹⁰.

Apesar das discordâncias com Nurkse, Furtado entenderia, nos anos 1950, o seu trabalho como “um dos esforços mais sérios feitos por economistas de países ‘desenvolvidos’ para compreender os problemas que enfrentam atualmente as economias subdesenvolvidas” (FURTADO, [1952] 2007, p. 197). Segundo ele, Nurkse chamou a atenção “para o fato de que nos países desenvolvidos os economistas hajam sempre considerado como subentendido o fenômeno do crescimento econômico, razão pela qual o mesmo muito raramente [tivesse] sido submetido a uma análise sistemática” (FURTADO, [1952] 2007, p. 198). Assim, Furtado entendeu que Nurkse deu, ao menos, a contribuição de reconhecer a existência do problema para que se pudesse pensar sobre sua solução¹¹.

Apesar desses “afagos” finais no texto de Furtado, um ano depois, Nurkse ([1953] 2007) responderia ao seu texto, em uma tréplica, publicando um novo artigo na mesma Revista Brasileira de Economia¹², contestando-o de forma contundente. Para ele, Furtado o interpretou de maneira errada, porque resumiu suas seis conferências como se apenas tivesse tratado do lado da procura, reconhecido por Nurkse como algo menor, mas ainda assim com sua importância. Nurkse, pelo contrário, entendeu que se dedicou mais detidamente ao lado da oferta dos países subdesenvolvidos porque este importava mais, pela sua dificuldade de solução. Como ressaltara:

Em minha opinião, uma vez reconhecido o problema [da procura], não deverá ser excessivamente difícil resolvê-lo. É óbvio que o problema do incentivo ao investimento não é insolúvel. É por isso que dediquei 5 das 6 conferências ao problema mais sério e básico, da oferta de capitais (NURKSE, [1953] 2007, p. 240).

Nurkse também destacou que jamais opinou que os países subdesenvolvidos pudessem “puxar-se pelos próprios cabelos”. Mas que decidiu focar suas conferências em apenas um aspecto do problema, o que considerava “legítimo, habitual e inevitável, em

¹⁰ Para Furtado (1985), não bastaria aumentar a produtividade de modo que esta elevasse a renda, se esta ficasse concentrada, uma vez que isso não levaria ao desenvolvimento econômico.

¹¹ Na avaliação de Furtado ([1952] 2007), essa preocupação com o subdesenvolvimento surgiu a partir das discussões sobre políticas anticíclicas, para além de um mecanismo monetarista, e sim de coordenação e programação dos investimentos. É por conta desta origem que houve um interesse sobre acumulação de capital, sobre as relações entre investimentos e renda nacional e a quantificação da riqueza nacional, entre outros estudos.

¹²Ver: Nurkse (1953). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2374/2589>. Acesso em 9 de março de 2022.

análise econômica” (NURKSE, [1953] 2007). E entendeu que propôs uma solução, “ao menos teoricamente”, por meio do crescimento equilibrado. Sobre isso, sem parecer entender a crítica de Furtado que tratava da impossibilidade da validade da Lei de Say e ao mesmo tempo da necessidade de se entender a história específica dos países subdesenvolvidos, explicitou:

Esse processo de crescimento equilibrado caracteriza-se pela aplicação mais ou menos simultânea de capitais adicionais a um grande número de indústrias complementares, criando o aumento de produtividade em cada uma dessas indústrias um mercado em expansão para as demais. Como expliquei na primeira conferência, nesse sentido uma expansão geral do poder aquisitivo real ajudaria certamente a eliminar a dificuldade geral que pode existir em relação a incentivos para investir em cada indústria separadamente (NURKSE, [1953] 2007, p. 238).

Sobre o uso da interpretação de Schumpeter para entender a realidade dos países subdesenvolvidos, que foi uma das mais importantes críticas de Furtado, Nurkse dizia concordar com Furtado sobre os limites dessa referência. E disse que teria relativizado isso ao dizer que a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter seria aplicável “*principalmente* ao surto de crescimento do capitalismo ocidental” (NURKSE, [1953] 2007, p. 239, grifos nossos), mas que Furtado parecia não ter lido essa parte das suas conferências. Obviamente, a expressão “capitalismo ocidental”, usada por Nurkse, englobaria muitos países diferentes. O fato é que Nurkse tentava assim se esquivar, mas sem sucesso, da crítica de Furtado sobre a inadequação da teoria de Schumpeter para a realidade dos países subdesenvolvidos.

Em 1967, com a publicação de “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, Furtado parecia se redimir de alguns pontos de sua crítica a Nurkse, feita em anos anteriores. Furtado ([1967] 1977) destacou que houve uma grande confusão em relação ao que seria essencial no pensamento de Nurkse e escreveu que este autor não estava preocupado em explicar o processo histórico de desenvolvimento econômico, mas em mostrar uma estratégia para superação do subdesenvolvimento, e também aliviou a sua crítica a Nurkse na questão do referencial do equilíbrio:

O seu objetivo não foi explicar o processo histórico de desenvolvimento econômico, mas indicar uma estratégia de ação para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que deve ser considerado como uma situação histórica particular. Em nenhum momento sugeriu Nurkse que, no passado, o desenvolvimento se havia feito de forma “equilibrada”.

Nem mesmo que o desenvolvimento equilibrado seja uma forma mais racional que o não-equilibrado [...]. (FURTADO, [1967] 1977, p. 277, grifos do autor).

Furtado ([1967] 1977) considerou ainda que a interpretação de Nurkse, muito baseada no *Big Push* de Rosenstein-Rodan, de necessidade de complementaridade entre setores industriais e investimentos simultâneos para superação do círculo vicioso da pobreza ou do estado estacionário de subdesenvolvimento, dava margem para se pensar no papel do Estado, mesmo que isso não estivesse evidente no texto daquele autor. Assim, explicaria Furtado ([1967] 1977, p. 276, grifos nossos) haver alguma possibilidade de planejamento sendo discutida por Nurkse:

Como o empresário individual não está em condições de romper a inércia inicial que oferecem as estruturas subdesenvolvidas, torna-se necessária uma ação promovida por uma autoridade central. *Se bem que Nurkse não desenvolveu completamente sua tese, dela se infere, de maneira mais ou menos evidente, que os países subdesenvolvidos necessitam atualmente de ampla ação estatal no plano econômico.*

Em suma, nota-se que Furtado inicialmente, nos anos 1950, foi muito mais crítico às ideias de Nurkse, mas, posteriormente, no fim dos anos 1960, reduziu a potência do seu julgamento, de maneira equivocada. Em 1985, quando publicou o primeiro livro de sua autobiografia, “A Fantasia Organizada”, no entanto, Furtado resumiria como entendia, enfim, a contribuição de Nurkse ao debate sobre desenvolvimento e concluiria que a importância dele “não esteve em sua originalidade e sim em apresentar de forma elegante e convincente, e em linguagem acadêmica, idéias que estavam brotando aqui e acolá mas que ainda não haviam sido reunidas em um todo articulado” (FURTADO, 1985, p. 148).

Quadro 2. Aspectos neoclássicos da interpretação de Nurkse

Crescimento equilibrado	Nurkse dizia que a Lei de Say era válida para países subdesenvolvidos, pela qual toda oferta criaria a sua própria demanda.
Economia	O autor realizou uma interpretação da Economia, isolando-a das demais ciências.
Poupança	Mais do que a formação de capital, sua variável-chave de análise sobre o atraso era o problema da poupança. Esta precederia o investimento. Nos países subdesenvolvidos, não havia poupança nem mercado interno. Nos desenvolvidos sim. O problema da ausência de poupança nos países subdesenvolvidos remetia a uma falta de frugalidade da sua população.

Empresários	Nurkse entendia o capital privado como importante para a formação de capital em país subdesenvolvido por meio de empresários schumpeterianos. Estes seriam pessoas com iniciativa, prudência, engenhosidade e visão.
Estado	O papel do Estado era criar atrativos ao setor privado e auxiliá-lo, com investimento em infraestrutura, treinamento de mão de obra. Também deveria realizar políticas com a finalidade de criar poupança para ajudar o investimento. A política tributária para isso deveria ser regressiva.
Tecnologia	A tecnologia seria um bem público, sendo repassada pelo capital internacional que se instalasse nas áreas atrasadas. Quando este não repassava essa tecnologia era porque não queria treinar pessoas que não permaneceriam a ele vinculado por muito tempo. Tratava-se de uma questão mercadológica, na visão do autor.
Desenvolvimento como sinônimo de crescimento	Numa mesma frase pode inclusive aparecer os dois termos.
Desenvolvimento como sinônimo de industrialização	Ele defendia o <i>Big Push</i> e que a industrialização resolveria o problema do desemprego
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	Desenvolvimento é sinônimo de alta produtividade assim como subdesenvolvimento significa baixa produtividade de uma economia. Subdesenvolvimento também é sinônimo de baixa qualidade da sua mão de obra, excesso de recursos naturais e de população em relação ao seu capital.
Economias externas marshallianas	O crescimento equilibrado gera economias externas, ampliando a dimensão do mercado para cada empresa.
Comércio internacional	As economias subdesenvolvidas não estavam integradas às correntes de comércio internacional pela via de industrialização porque não conseguiram resolver seu problema de baixa produtividade e de crescimento do seu próprio mercado interno, de modo que este se tornasse interessante ao capital privado internacional. O comércio internacional era um problema do próprio mercado e não uma relação desigual, de dominação/dependência.
Capital estrangeiro	Não havia nada de errado em haver interesse do capital internacional em apenas se vincular ao setor de produção e exportação de matérias-primas nos países subdesenvolvidos. O que guiava esta decisão era apenas uma questão de mercado: havia um mercado consumidor para esses produtos na Europa. Ou seja, remete-se à teoria do consumidor e à teoria da firma neoclássica. Não se tratava de uma exploração de países pobres pelos países ricos. Para ele, o investimento dos estrangeiros em indústrias não ocorria também porque havia riscos políticos nos países subdesenvolvidos, entendidos como sistemas instáveis.
Tamanho do mercado interno	Um dos problemas do subdesenvolvimento é a pequenez do mercado interno. Pequenez do mercado decorria, sobretudo, da falta de poupança, que impedia o investimento, posto que era gasta em consumo suntuário.
Protecionismo	O protecionismo no país subdesenvolvido para uma indústria infante teria efeitos negativos porque não atrairia o capital estrangeiro a produzir internamente de forma significativa, porque este não entenderia o mercado interno a ser protegido como muito importante.

Fonte: Elaboração própria a partir de Nurkse ([1953] 2007; 1957).

Além de travar debates com Rosenstein-Rodan e Nurkse, a obra de Furtado traria críticas a Lewis. Estas decorreram da interpretação de que Lewis desenvolveu ideias similares a de Nurkse, mesmo que Lewis dissesse apresentá-las a partir do referencial clássico e não do neoclássico. Na interpretação de Furtado (1991, p. 120), Lewis havia baseado os seus modelos “em premissas clássicas – estranhas ao enfoque do equilíbrio geral, – para integrá-los na corrente de pensamento neoclássico, então no começo de sua ofensiva contra o keynesianismo”.

Ao entendê-los como autores com teorias parecidas, Furtado os denominou de “enfoque Nurkse-Lewis”. Em linhas gerais, o entendimento de Furtado sobre o que esses autores conjuntamente apresentavam era a definição de desemprego disfarçado (ou oferta ilimitada de mão de obra) e de seus efeitos sobre o dualismo e os salários de um país subdesenvolvido:

O capitalismo, com seu critério central de maximização do lucro ao nível da empresa, ao penetrar com atraso numa sociedade não logra absorver mais do que uma parcela da força de trabalho disponível, posto que ele requer um nível de acumulação por pessoa empregada compatível com o potencial de investimento. O limite ao emprego no setor capitalista é estabelecido pelo preço de oferta da mão-de-obra, o qual se situa um pouco acima do nível de vida da população do setor pré-capitalista. A produtividade do trabalhador marginal no setor capitalista deve ser superior a esse salário de “subsistência”, pois do contrário o capitalista não o empregaria. Mas, como a produtividade média se situa acima da marginal, forma-se um excedente, motor da acumulação e ferro de lança da expansão do núcleo capitalista. Desta forma, a mão-de-obra tende a transitar do setor pré-capitalista para o capitalista. Enquanto dura esse processo, o setor capitalista opera em condições de oferta ilimitada de mão-de-obra (FURTADO, [1980] 1981, p. 37).

De acordo com Furtado (1985), cinco anos antes de Lewis, porém, ele mesmo já teria tratado da oferta totalmente elástica de mão de obra ao analisar que, na fase de prosperidade dos ciclos econômicos, economias como a brasileira não ampliavam os salários reais dos trabalhadores empregados nas atividades primário-exportadoras.

Em obra posterior, ele afirmou: “Neste ponto introduzia a idéia (cinco anos depois transformada em elemento central de seu modelo por Arthur Lewis) de uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra como fator causante da inércia dos salários na fase expansiva”¹³ (FURTADO, 1991, p. 61).

¹³ Bielschowsky (2007, p. 435) confirma que, em seus estudos sobre o pensamento econômico brasileiro e sobre o pensamento da Cepal, não encontrou argumentação prévia a de Furtado a esse respeito. “Por essa

Portanto, na concepção de Furtado, Lewis não trouxera aquilo que se costumava lhe creditar como sua mais importante contribuição teórica. E, sendo mais severo, pontuou que, “desvinculado de uma teoria institucional de distribuição da renda, ou de apropriação do excedente, o modelo de Lewis se esfumava em vazio exercício de geometria” (FURTADO, 1991, p. 120). Ou seja, Lewis conseguia constatar apenas parte dos problemas do dualismo dessas sociedades subdesenvolvidas e era incapaz de vinculá-los a uma análise que se amparasse na discussão sobre criação e apropriação do excedente social e que recaísse, inclusive, sobre as relações desses países periféricos com os países centrais.

Quadro 3. Aspectos neoclássicos da interpretação de Lewis

Empresário	Acreditava no grande papel do empresário importado de outros países para se instalarem nos países subdesenvolvidos e os ajudar a se desenvolver.
Capital estrangeiro	Quando defendeu a industrialização a convite, nos seus últimos escritos, considerava possível a transferência de tecnologia aos países atrasados, desde que os governos conseguissem negociar com o capital estrangeiro. Era simples assim a transferência tecnológica. Bastava o país atrasado querer negociar o mal menor.
Estado	O Estado seria importante aliado para formação de um capital governamental que auxiliaria a acumulação privada. Estado, portanto, com um papel secundário na dinâmica econômica, a ser chamado quando o mercado não resolvesse suas falhas.
Planejamento	Planejamento pode ser importante ou não dependendo das circunstâncias. Mostra-se, no entanto, contrário a um planejamento central e ocasionalmente contrário ao planejamento por incentivo, numa forma temporária. Chega a dizer que o <i>laissez-faire</i> pode ser mais eficaz do que planejamento em países subdesenvolvidos para resolver os problemas do atraso porque neles havia mais corrupção na administração pública.
Desenvolvimento como sinônimo de crescimento	Utilizou os dois termos como equivalentes.
Desenvolvimento como sinônimo de modernização	Chega a falar sobre desenvolvimento como sinônimo de padrões mais modernos.
Desenvolvimento como sinônimo de industrialização	Desenvolvimento é sinônimo de industrialização.
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	País com oferta ilimitada de mão de obra tinha população muito numerosa em relação ao seu capital e recursos naturais, de modo que a produtividade do trabalho seria baixa. Chegou a pontuar que a Deterioração dos Termos de Troca era um problema de baixa eficiência na agricultura de países periféricos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Lewis ([1954] 1958; 1960a; 1960b; 1984).

razão, sou levado à conclusão de que ele estava inaugurando o debate latino-americano sobre a relação entre desenvolvimento, determinação de salários e concentração de renda em condições de subemprego rural e urbano”.

Mais severo do que o debate travado por Furtado com Rosenstein-Rodan, Nurkse ou Lewis, entretanto, foi o que ele realizou com Rostow¹⁴. Um dos problemas centrais da interpretação etapista de Rostow estava em assemelhar a história dos países desenvolvidos com a dos subdesenvolvidos, como se pudessem ter a mesma trajetória¹⁵. Como ressaltou Furtado (1961; 1967 [1977]), contrariamente a essa concepção, o subdesenvolvimento não era uma etapa, mas um processo histórico com várias especificidades.

Se levadas em consideração as etapas de Rostow [(1961) 1974], o desenvolvimento se daria a partir de uma corrida dos países por uma suposta melhor performance internacional:

a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam pela ideia de aumento da taxa de poupança interna e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior (FURTADO, 1978, p. 77).

Furtado entendia ainda que a concepção centro-periferia trouxera elementos para negar a interpretação de Rostow, por mostrar que não haveria uma suposta passagem automática de uma etapa para outra superior. “Ao contrário, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos [continuassem] a sê-los” (FURTADO, [1967] 1977, p. 143).

A criação de um primeiro núcleo industrial na Grã-Bretanha, de nível técnico relativamente elevado para a época, deu origem a um processo de irradiação da tecnologia moderna em escala mundial. Durante o primeiro século da Revolução Industrial, o núcleo de irradiação se

¹⁴ Rostow era um dos teóricos que defendiam a política externa norte-americana como meio de ajuda aos países subdesenvolvidos, mas Furtado salientava que era necessário entendê-la, em primeiro lugar, mais como auxílio para os Estados Unidos, pela influência que a partir disso este país exerceria no mundo. Havia uma grande influência de Rostow na doutrina norte-americana para regiões subdesenvolvidas como a América Latina, pela qual caberia às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento local, tornando os Estados Nacionais secundários. A proximidade geográfica com a América Latina fazia deste local a zona de influência mais detida dos Estados Unidos, e por isso uma ação tutelar dos norte-americanos, em grande medida por meio dos seus Investimentos Diretos Externos (IDE), era muito forte (FURTADO, 1973).

¹⁵ Para maior compreensão sobre essa impossibilidade, recomenda-se a leitura do livro “Sobre história: ensaios”, de Hobsbawm [(1997) 2013].

ampliou substancialmente, mas a característica principal da economia contemporânea é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico e uma vasta e heterogênea periferia. O centro, que tampouco é homogêneo está formado por subconjuntos de importância desigual. Sempre existe, entretanto, uma economia que desempenha o papel de centro principal. Até a I Guerra Mundial coube à Grã-Bretanha esse papel, que a partir de então foi desempenhado pelos Estados Unidos da América. Ao fato de que na economia deste último país o comércio exterior ocupe uma importância relativa secundária, atribui Prebisch a maior instabilidade da economia mundial neste século [XX]. O tipo de relações que existe entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração da renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos (FURTADO, [1967] 1977, p. 142-143).

Diante da complexidade dos processos históricos, esse tipo de interpretação faseológica, para Furtado, exigia um nível de abstração muito alto, o que reduzia a sua eficácia explicativa: “em razão de sua extrema generalidade, o valor dessas análises, como base de antecipação de tendências a longo prazo, terá que ser reduzido ou nulo” (FURTADO, [1967] 1977, p. 143). Assim, as etapas de Rostow seriam uma teoria bastante simples, apenas descritiva e não analítica.

Quadro 4. Aspectos neoclássicos da interpretação de Rostow

O papel da "história"	Utiliza a história enquanto uma construção de etapas previsíveis. A história dos países desenvolvidos é usada como possibilidade histórica para os países subdesenvolvidos. É uma anti-história.
Poupança	A poupança prévia é necessária ao investimento na etapa do arranco. Existe uma centralidade da poupança para o desenvolvimento.
Elite industrial	O novo comando para que houvesse o arranco em uma sociedade deveria ser de uma elite (a industrial) para substituir a anterior (caracterizada por donos de terras). Esta nova elite encararia a modernização como tarefa possível, atendendo a determinado fim que ela julgasse ser eticamente bom ou vantajoso. Neste caso, uma classe sabe o que seria bom para toda a sociedade.
Tecnologia	A tecnologia está disponível para todos os países, não sendo um problema. Até diz que na etapa da marcha para a maturidade as sociedades possuem um acervo de tecnologia, além dos recursos que o país está dotado.
Capital estrangeiro	A potência estrangeira ao se instalar em um país subdesenvolvido favoreceria a sua modernização/desenvolvimento. Haveria uma reação positiva à intromissão de uma potência estrangeira em um país subdesenvolvido. Não são consideradas as relações de dominação/dependência explícitas no pós-guerra, nem o poder dos monopólios e oligopólios transnacionais.
Estado	Estado deveria só investir onde fosse chamado. Portanto, um papel secundário no sistema econômico. O governo deveria ofertar bens públicos para atrair e auxiliar o capital privado.
Economias marshallianas externas	A etapa "arranco" dependeria de economias externas marshallianas. Também discute tamanho ótimo da firma.

Desenvolvimento como sinônimo de modernização	Conforme ultrapassadas as etapas, mais modernas as sociedades ficariam. Desenvolvimento seria sinônimo de país moderno. Modernidade também teria relação com consumo em massa, a última etapa.
Desenvolvimento como sinônimo de industrialização	As sociedades avançariam na medida em que mais se industrializavam, não importava a direção dessa industrialização, se bens de capital ou bens de consumo, se feita por capital estrangeiro ou capital nacional.
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	As sociedades tradicionais tinham problema de produtividade por não conseguirem aplicar bem a tecnologia disponível. Subdesenvolvimento seria sinônimo de país agrícola, com pouco uso de tecnologia e baixa produtividade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rostow ([1961] 1974).

Vale mencionar que as críticas presentes no livro “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974, sobretudo ao consumo em massa acaba sendo um diálogo crítico com a teoria de Rostow, que justamente preconizava a quinta e última etapa do seu modelo de desenvolvimento econômico para todos os países como a era do consumo em massa. Para Furtado (1974), em crítica ao estudo *The Limits to Growth*, do Clube de Roma encomendado ao MIT, instituição que abrigou Rostow, nem mesmo o planeta teria condições ambientais de suportar a forma de consumo da sociedade norte-americana para todos os países do globo.

É interessante ainda ressaltar que, especificamente nas críticas a Rostow, Furtado esteve, de certo modo, acompanhado, inclusive, de autores marxistas. Baran e Hobsbawm, ainda em 1961, trouxeram um texto importante contrapondo-se a Rostow, em que ressaltaram que, mais do que desenvolver uma teoria, Rostow teria feito um manifesto anticomunista¹⁶. A pretensão de Rostow, de que estaria fazendo na sua teoria as “ligações significativas entre o comportamento econômico e não econômico que Karl Marx não conseguiu discernir” (BARAN; HOBSBAWM, 1961, p. 1), foi um dos pontos de crítica desses autores. O artigo de Baran e Hobsbawm se propôs a comparar o que Rostow trazia sobre “desenvolvimento” com o pensamento marxista, provando a fraqueza dos argumentos de Rostow.

¹⁶ Difícil discordar de Baran e Hobsbawm. De fato, Rostow deixou claro que fez uma teorização que tinha o capitalismo como o caminho “certo” para os países atrasados encontrarem o desenvolvimento e não se convertessem ao socialismo, que acenava como alternativa, com o avanço da industrialização e do desenvolvimento da União Soviética. Mas não só foi colocado por Rostow. Dentro do debate proposto neste artigo, importa também lembrar que Rosenstein-Rodan (1943) não recomendava o “modelo russo” para os países atrasados, porque supostamente demorariam mais para chegar ao desenvolvimento, uma vez que precisariam das suas próprias forças nacionais para isso – o que supostamente, segundo ele, aumentaria o tempo do processo – e, assim, também evitariam o capital estrangeiro, visto por ele praticamente como um “parceiro” do desenvolvimento dos países atrasados. Também é importante ressaltar que considerações parecidas estiveram presentes em Lewis (1960a), nas suas críticas ao planejamento dirigido, cujo maior exemplo a ser evitado pelos países atrasados, na sua concepção, era justamente o modelo soviético.

Considerações finais

Celso Furtado debateu e realizou críticas às teorias econômicas clássicas e neoclássicas em um mais geral, voltado ao entendimento da Economia como um todo, e em outro mais específico, quando se contrapôs aos chamados teóricos pioneiros do desenvolvimento econômico e seus escritos dos anos 1940 aos anos 1960.

Suas conclusões expuseram os limites dessas teorizações para a compreensão da realidade concreta. Tais teorias não entenderam a importância da história para a compreensão do capitalismo e de sua dinâmica, o que as impossibilitou de entenderem as particularidades das formações sociais e seus elementos fundamentais para a relação desigual estabelecida entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ao não entender o processo histórico e estrutural, essas teorizações passaram ao largo da compreensão e análise dos reais determinantes internos e externos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Entre outros aspectos, essas teorias desconsideravam o capitalismo monopolista como a “nova forma” de ser deste sistema na transição do século XIX para o XX, quando alguns países atrasados iniciaram a sua industrialização e deram passos ao processo de desenvolvimento. Deste modo, não entenderam o quanto os monopólios se intensificaram, sobretudo no pós-guerra, interferindo negativamente no desenvolvimento dos países atrasados, prejudicando, inclusive, uma industrialização alinhada a uma política de desenvolvimento nacional de fato e comprometendo a atuação do Estado Nacional nesses países em prol do desenvolvimento econômico.

Não tendo como eixo importante da análise as relações de dominação e dependência entre as nações e tampouco a hegemonia norte-americana no pós-guerra, tais teorias não discutiram a dominação dos países do centro sobre os periféricos e nem como a periferia foi fator determinante para o desenvolvimento dos países centrais, inicialmente como fornecedora de matérias-primas por meio de colônias de exploração e, posteriormente, como mercado de consumo para escoamento de produção manufaturada do centro.

Sem uma análise mais detida da ordem internacional e sem uma concepção de desenvolvimento nacional, não se atentaram para os diversos problemas manifestos pelo comércio internacional desigual, que pode atuar como bloqueador do desenvolvimento da periferia.

Ignoraram ainda não só as dificuldades de uma transferência de fato do progresso técnico do centro para a periferia, como o problema do uso dessa tecnologia desenvolvida no centro (para as necessidades do centro; poupadora de mão de obra) na periferia, sobretudo, sobre os seus efeitos negativos no desemprego estrutural. Também não discutiram os reais impactos disso sobre a cultura local, transformando os hábitos e o consumo dos povos periféricos em imitação dos do centro.

Numa análise presa ao problema econômico pela perspectiva do *mainstream*, discutiam a baixa poupança dos países subdesenvolvidos, inclusive, equivocadamente, assumindo a poupança como *ex-ante* ao investimento e sendo aquela o grande problema da formação de capital em economias subdesenvolvidas. Entenderiam, assim, que o desenvolvimento, que seria um sinônimo de crescimento econômico e que, prioritariamente, este ocorreria por meio do aumento dos investimentos privados, sendo, quando muito, o Estado apenas responsável por ajudar esse capital a se expandir, solucionando falhas de mercado, atuando na tributação para aumento da poupança da sociedade. O setor privado seria o maior responsável por conduzir essa economia a um aumento do investimento e de produtividade, logo, por suposto, defenderiam que, assim, se chegaria inevitavelmente ao aumento da riqueza global, que numa suposta harmonia de interesses via comércio internacional entre nações, levaria ao desenvolvimento de todos os países, como se o desenvolvimento estivesse “disponível” a todos.

Referências Bibliográficas

BARAN, P. (1957) *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____; HOBSEBAWM, E. The stages of economic growth. *International Review for Social Science* (Kyklos), Vol. 14, Issue 2, Maio, 1961, p. 234-242. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6435.1961.tb02455.x/epdf>. Acesso em 9 de março de 2022.

BIELSCHOWSKY, R. As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e sua atualidade. In: SABOIA, J. L. M.; CARVALHO, F. J. C. (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Manole, 2007.

- FURTADO, C. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- _____. *A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1954.
- _____. A análise marginalista e o subdesenvolvimento. In: *Contribuições à análise do desenvolvimento econômico: textos em homenagem a Eugênio Gudín*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- _____. (1961). Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H. (Orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina: Brasil/Portugal*: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- _____. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- _____. (1967) *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. A concentração do poder econômico nos Estados Unidos e a sua projecção na América Latina. In: FURTADO, C. et al (Orgs.). *Império e imperialismo americano*. Porto: Textos Marginais, 1973.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. (1980) *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.
- _____. *A Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____; MANESCHI, A. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. Fundação Getúlio Vargas. v. 22, n. 2, 1968. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1711>. Acesso em abril de 2017.
- _____; SOUSA, A. Los perfiles de la demanda y de la inversión. *El Trimestre Económico*. Vol. 37, No. 147(3), Jul-Set, 1970, 463-487 pp.
- HOBSBAWM, E. (1997) *Sobre história: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- LEWIS, W. A. (1954) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- _____. (1960) Modernização dos consumidores. In: PEREIRA, L. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973b.
- _____. *Os princípios do Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960a.
- _____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960b.
- _____. Development Economics in the 1950's. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (Orgs.). *Pioneers in Development*. Washington D.C.: Oxford University Press, 1984.
- NURKSE, R. (1953) Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a “formação de capitais e desenvolvimento econômico”. In: *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- _____. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, F. (1972). *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943) Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

_____. *Notes on the Theory of the Big Push*. Center for International Studies. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 1957.

_____. International aid for underdeveloped countries. *The Review of Economics and Statistics*. Vol. XLIII., n. 2, maio 1961, 107-138 pp.